DA OPOSIÇÃO MODERADA À OPOSIÇÃO RADICAL

Comentamos há dias, criticando-a, a atitude de oposição moderada, tomada pelo Diretório da União Democrática Nacional. Expusemos, então, tôdas as razões que tinhamos para a condenar, menos a última e, talvez, a mais forte delas. E' que, por mais desejada que fôsse a moderação, impossível seria mantê-la, em face do comportamento do próprio Govêrno.

Oposição moderada com um govêrno imoderado, contraditório, insensato? Já temos observado que é o govêrno quem dá o tom à oposição: bom govêrno, oposição naturalmente benigna; mau govêrno, oposição vigorosa; govêrno violento e desonesto, oposição desapoderada. Não poderia, pois, haver oposição moderada, na atual situação do Brasil.

Efetivamente, realizou-se o que fácil era prever. Mal haviam decorridos poucos dias, e surge o partido majoritário, isto é, o partido, por excelência, do Govêrno, com o seu imoral projeto de reforma eleitoral, tendente a reconhecer a fraude e consagrar o alistamento de analfabetos. Não discutamos aqui se é acertado ou desacertado, mais democrático ou menos democrático, o voto do analfabeto. Poderiamos até conceder que, em principio, fôsse preferível. O fato positivo e irrecusável é que a Constituição não o permite. O artigo 132 diz terminantemente: «Não podem alistar-se eleitores os analfabetos». Se há analfabetos alistados, é como se não o estivessem; nulo é o processo que os fez eleitores, porque eleitores não poderiam ser. Como, pois, convalidar por uma lei ordinária um tal alistamento? Como admitir o reconhecimento da fraude eleitoral, promovido pelo próprio govêrno?

Era demais. Não havia moderação que não estourasse. Depois de várias e infrutíferas advertências, foram os próprios líderes da oposição moderada os que se atiraram à mais radical das oposições. Tudo negariam ao Govêrno, o principal responsável pela insensatez: obstruiriam a votação do Orçamento e dos demais projetos de lei do seu interêsse, enquanto êle não desistisse do seu intento. Assim, tanto na Câmara, como no Senado, está a Oposição empenhada em paralisar o Govêrno, a ver se o reduz a mais favoráveis disposições.

E' cedo, ainda, para prever o resultado da luta. E, tanto mais, quanto, em semelhantes situações, interferem sempre interêsses regionais, quando não pessoais. Alguns, por exemplo, não quereriam chegar à obstrução completa. Mas, de tôda forma, o fato significativo é a falência da oposição moderada. Com governos tais, inteiramente destituidos de senso e patriotismo, ou se desiste de fazer oposição ante o convencimento da sua inutilidade, ou esta não pode deixar de ser uma oposição veemente e radical.

E' claro que tal oposição se desenvolve unicamente no âmbito federal, que é o seu campo próprio. No âmbito estadual, provavelmente não afetará as combinações eleitorais feitas, para o próximo pleito, com algum dos partidos governistas. A União Democrática Nacional continuará aliada ao Partido Social Democrático ou ao Partido Trabalhista, nos Estados onde haja recíproca conveniência eleitoral. E' conseqüência, fôrça é reconhecê-lo, do regime federativo e, mais ainda, da política sem verdadeira política, que é característica do presidencialismo. Nesta, tôdas as combinações se fazem possíveis.